

A primeira observação que pode e deve ser feita em favor do "plano" que o ministro Fernando Henrique deverá apresentar hoje à apreciação do grande público e das lideranças nacionais é que ninguém entrou em pânico por causa disso. Basta lembrar o que aconteceu nas vésperas de outros famosos planos, em termos de desorientação dos espíritos, para que a atual equipe econômica já mereça elogios.

A segunda observação a fazer é que não se trata de um "plano" — e daí as aspas. Em nossa opinião, o que o ministro está montando no momento é uma operação de saneamento de uma empresa falida. Na qual todos devemos estar interessados, e empenhados, porquanto a "empresa" em estado falimentar é nada menos do que o setor público brasileiro.

Em terceiro lugar, e até onde nos foi possível tirar conclusões de recentes declarações do próprio ministro, e de membros da sua equipe, é necessário assinalar que esta operação de saneamento tem três etapas já definidas — e a primeira delas é justamente a que mais exige empenho político do mais alto nível, a partir do presidente da República e de todo o governo, bem como negociações eficazes e apoio lúcido no Congresso Nacional. Trata-se do famoso **ajuste** fiscal, ou, em linguagem mais simples, do equilíbrio sustentado das contas públicas, sejam as da União em si, sejam aquelas que a União entretém com as demais unidades da Federação. Sem esta premissa, como já disse o ministro, não haverá "plano" e, em nossa opinião, nem mesmo se poderá iniciar qualquer operação saneadora.

É, portanto, absolutamente imprescindível que o Congresso Nacional assuma, neste momento, suas responsabilidades no exame das propostas do ministro e no encaminhamento das medidas fundamentais para sua sustentação, inclusive no que se relacionar

com a revisão constitucional e, a despeito das outras tarefas em que está empenhado no momento, de limpeza interna. Diga-se, de passagem, a aprovação, pelo Congresso, das medidas de saneamento financeiro do setor público seria, no momento, mais um fator para restauração da credibilidade dessa instituição junto à opinião pública, que vem aguardando com esperança o resultado do processo saneador capitaneado pela CPI do Orçamento.

Cremos que, apresentadas as ferramentas com que o ministro pretende sanear as finanças públicas, e obtido o necessário apoio, sua estratégia se dirigirá para aquilo que chamáramos aqui de "indexação sincronizada". Sim, pois a maior dificuldade de uma necessária política de desindexação da economia reside naquilo que os economistas denominam de dispersão dos preços relativos, provocada pela utilização de mais de uma dúzia de indexadores em diferentes setores de atividade. Reajustes diferenciados vão produzindo preços cada vez mais diferenciados, mesmo de produtos similares mas de diferentes fontes de produção. O resultado é um cenário caótico de preços, como se constata em qualquer pesquisa.

A substituição da nossa pobre moeda "podre" por uma moeda confiável — condição básica para voltarmos a ter uma vida econômica saudável — passa, portanto, na estratégia em curso, pela sincronização dos reajustes por meio do chamado indexador único, que, para desfrutar de adesão voluntária e universal, precisa ser atraente e confiável.

Mas não é a fórmula desse indexador que atrai as nossas atenções e preocupações no momento. O importante, fundamental e decisivo, será a reação do Congresso e do meio político às propostas ministeriais de reequilíbrio das contas públicas. Se estas tiverem respaldo, grande parte da batalha estará ganha.